

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

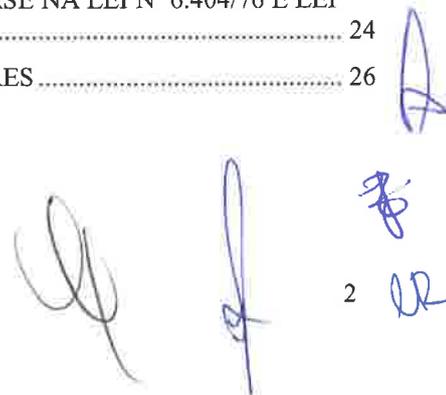
Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019



1

SUMÁRIO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	14
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	15
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	16
09 IMOBILIZADO.....	16
10 INTANGÍVEL.....	17
11 FORNECEDORES.....	17
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	17
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	18
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA.....	18
15 OBRIGAÇÕES COM O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	19
16 CAPITAL SOCIAL.....	20
17 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	20
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
19 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	21
20 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	22
21 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	22
22 RESULTADO FINANCEIRO.....	22
23 REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS E A RECEBER.....	23
24 PARTES RELACIONADAS.....	23
25 SEGUROS DE RISCOS.....	23
26 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64.....	24
27 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES.....	26



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é um hospital público e universitário, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculado academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Todas as ações desenvolvidas são integradas e focadas na transformação de realidades, contribuindo para a qualidade de vida da população, o aprimoramento da rede pública de saúde e a evolução do conhecimento na área.

Atuando desde 1971, é um dos principais esteios da assistência pública à saúde da população gaúcha, oferecendo atendimento de excelência e alta complexidade em amplo rol de especialidades. As atividades de ensino de graduação e pós-graduação, lado a lado com a UFRGS, formam gerações de profissionais familiarizados e comprometidos com as melhores práticas e a humanização da assistência. A pesquisa produzida no HCPA, por sua vez, introduz novos conhecimentos, técnicas e tecnologias que beneficiam toda a sociedade.

Em 2019, foram realizadas na instituição mais de 567 mil consultas, 33 mil internações, 49 mil cirurgias, 3,2 milhões de exames, 3 mil partos e 407 transplantes. A busca da melhoria contínua e da excelência assistencial é evidenciada na atuação do Núcleo de Segurança do Paciente, composto pelo Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (Qualis) e pela Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar, e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com a rede de saúde, destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

Na área da pesquisa, atuam 645 doutores, sendo que 257 são funcionários contratados do hospital. Em 2019, foram realizadas 7 mil consultorias de pesquisa e aprovados 674 novos projetos. Foram publicados 744 artigos, indexados no ISI Web of Science. O Clínicas possui, ainda, parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit). Em 2019, estas parcerias possibilitaram a implantação de 97 bolsas de iniciação científica.

O HCPA tem papel fundamental no ensino, tendo 17 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, em um total de 93 disciplinas, estágios ou internatos. A presença de 546 professores da UFRGS qualifica a assistência e cria um ambiente propício à pesquisa. Além disso, a instituição possui dois mestrados profissionais: em Saúde Mental e Transtornos Aditivos e Pesquisa Clínica.

Na residência médica, o Clínicas mantém 46 programas. Durante este ano, 560 médicos residentes concluíram o curso. Na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece 13 áreas de atuação, 123 profissionais concluíram a residência. O hospital desenvolve também o Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (Piccaf), Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Piccap), Programa Jovem Aprendiz e Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

Ainda em 2019, o HCPA recebeu pela 13ª vez o Prêmio Top of Mind, como o hospital mais lembrado pelos porto-alegrenses, e foi vencedor do Destaques em Saúde – Empreendimento em Saúde, pela ampliação de sua infraestrutura com a construção dos blocos B e C, pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (Fehosul) e Associação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Rio Grande do Sul (Ahrgs). Ainda, durante o I Congresso da Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente, o Clínicas recebeu o prêmio Walter Mendes, pelo projeto Eficácia e segurança na terapia nutricional e enteral.

A fim de atender cada vez melhor às demandas da sociedade, a infraestrutura está em constante evolução. Em 2019, foi concluída a construção dos blocos B e C, anexos ao prédio principal (Bloco A). Em paralelo, ao longo de 2019, diversos investimentos na ampliação da capacidade e na qualificação do atendimento foram realizados. Entre elas, a metodologia *Lean*, uma filosofia de gestão para melhoria de processos baseada naquilo que agrega valor ao paciente, já reduzindo em 60% o tempo de permanência do paciente na Emergência.

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	108.582	127.797
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		80	148
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	43.556	43.732
Contingências e apropriações por Competência	14	175.522	169.945
Adiantamentos de Pessoal	7	14.749	13.800
Benefícios a Receber		-	7.582
Demais Contas a Receber		2.713	2.659
Adiantamentos a Fornecedores		2	46
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	18.152	20.687
Importação em Andamento		1.417	1.830
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		315	82
		365.088	388.308
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.636	1.504
Contingências e apropriações por Competência	14	425.050	298.152
Demais Créditos a Receber		70	70
Imobilizado	9	923.818	869.600
Intangível	10	2.194	478
		1.352.768	1.169.804
Total do Ativo		1.717.856	1.558.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	11	24.262	32.243
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.257	9.985
Obrigações com Pessoal	13	63.579	60.196
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	175.522	169.945
Outras Obrigações		7.316	5.891
		<u>271.936</u>	<u>278.260</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		87	96
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	425.050	298.153
		<u>425.137</u>	<u>298.249</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.107.523	1.003.759
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		55.820	103.764
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(16.030)	(15.329)
Prejuízos Acumulados		(126.529)	(110.591)
		<u>1.020.783</u>	<u>981.603</u>
Total do Passivo		<u><u>1.717.856</u></u>	<u><u>1.558.112</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



5

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Operacional Bruta		243.622	232.233
Serviços Prestados		243.622	232.233
Deduções Da Receita Bruta		(2.615)	(2.329)
PIS Sobre Faturamento		(466)	(415)
COFINS Sobre Faturamento		(2.149)	(1.914)
Receita Operacional Líquida	18	241.007	229.904
Custos dos Serviços	19	(1.238.888)	(1.106.245)
Resultado Operacional Bruto		(997.881)	(876.341)
Despesas Operacionais		(344.131)	(268.143)
Despesas Administrativas	19	(217.609)	(268.143)
Provisão para Contingências	19	(126.522)	-
Outras Receitas e Despesas	21	10.388	9.456
Receitas		12.983	12.602
Despesas		(2.470)	(2.499)
Resultado com Baixa Bens do Imobilizado		(125)	(647)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		(1.331.624)	(1.135.028)
Resultado Financeiro	22	(486)	(7.793)
Despesas Financeiras		(3.010)	(10.505)
Receitas Financeiras		2.524	2.712
Resultado antes das Subvenções Governamentais	23	(1.332.110)	(1.142.821)
Subvenções do Tesouro Nacional		1.371.762	1.240.315
Repasses Para Subvenções e Doações Governamentais		(55.820)	(104.490)
Reversões e Repasses Concedidos		(745)	(3.025)
Resultado Líquido do Exercício		(16.913)	(10.021)

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado Líquido do Exercício	(16.913)	(10.020)
Ajuste de exercícios anteriores	273	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	2.119
Realização da Avaliação Patrimonial	701	848
Resultado Abrangente do Exercício	(15.939)	(7.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.600)	(101.419)	423.657
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(848)	848	-
Resultado do Período	-	-	-	(10.020)	(10.020)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	627.356	(61.509)	-	-	565.847
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	2.119	-	2.119
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(15.329)	(110.591)	981.603
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	273
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(701)	701	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	103.764	(47.944)	-	-	55.820
Resultado do Exercício	-	-	-	(16.913)	(16.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.107.523	55.820	(16.030)	(126.530)	1.020.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

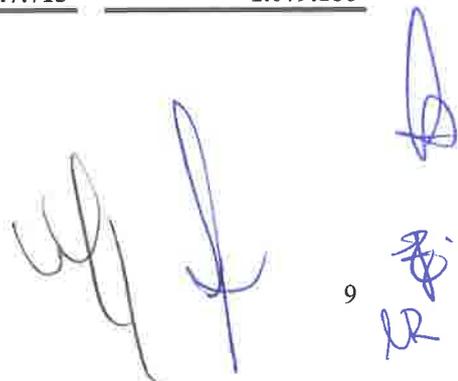
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(16.913)	(10.020)
Ajustes de Exercícios Anteriores	273	-
Ajustes de Depreciação/Amortizações	21.344	20.781
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(60)	(44)
Atualização Monetária AFAC/Reversão da Subvenção	-	6.993
Variação Cambial Passiva (Importação)	931	1.029
Variação Cambial Ativa (Importação)	(819)	(706)
Baixa de Bens Imobilizados	2.331	2.231
Produção de Bens em Estoque	(1.691)	(1.758)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(535)	(6.533)
Doações de Bens Móveis	(279)	(583)
Doações de Mercadorias	(2.375)	(2.260)
	19.119	19.150
Variação de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	778	3.286
Adiantamentos a Pessoal	(950)	702
Outras Contas a Receber a CP e LP	7.573	(8.157)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(132)	462
Importações em Andamento (Estoque)	413	(1.599)
Estoques	6.601	3.656
Despesas Pagas Antecipadamente	(233)	52
Fornecedores	(7.981)	(3.502)
Outras Obrigações a Pagar	1.486	1.850
Obrigações com Pessoal	3.384	60.195
Obrigações Sociais a Pagar	(7.565)	7.425
Obrigações Tributárias a Pagar	(1.163)	(258)
	2.211	64.112
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	4.418	73.242
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(47.537)	(92.736)
Aquisições de Bens Móveis	(18.514)	(11.539)
Aquisições de Importação em Andamento	(11.383)	(3.577)
Aquisições de Bens Intangíveis	(2.009)	(307)
	(79.443)	(108.159)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(79.443)	(108.159)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	(10)	96
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	55.820	103.764
	55.810	103.860
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	55.810	103.860
Caixa Consumido no Período	(19.215)	68.943
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	127.797	58.855
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	108.582	127.797
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(19.215)	68.943
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(279)	(583)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(2.375)	(2.260)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(2.654)	(2.843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Prestação de Serviços	243.622	232.233
Outras Receitas	10.496	10.552
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	(1.438)	(1.035)
	252.680	241.750
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	(151.001)	(136.809)
Serviços de Terceiros	(151.157)	(140.699)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(853)	(1.765)
	(303.011)	(279.273)
Valor Adicionado Bruto	(50.331)	(37.523)
Despesas com Depreciação/Amortização	(23.550)	(22.430)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(73.881)	(59.953)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	2.524	2.712
Repasses Recebidos (-) Subvenções	1.315.943	1.135.825
Repasses Concedidos/Diferido	(419)	(474)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(326)	(2.551)
Receitas de Alugueis	3.874	3.627
	1.321.596	1.139.139
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.247.715	1.079.186
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	893.916	736.919
Benefícios	80.519	76.731
FGTS	64.071	57.466
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	219.830	203.551
Estaduais/Municipais	78	238
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	3.010	10.505
Locação de Imóveis/Condomínio	802	1.017
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.402	2.779
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(16.913)	(10.020)
Valor Adicionado Distribuído	1.247.715	1.079.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



9

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Economia (ME), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoría dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 02 de março de 2020.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2019 que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2019. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de dezembro de 2019. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal, são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por meio de avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(k) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 24.832 Cíveis, R\$ 119.953 Trabalhistas e R\$ 1.236 Tributárias, totalizando R\$ 146.021.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui,



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2019, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 16 de janeiro de 2019.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião n° 444, realizada em 16 de dezembro de 2019, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 45 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	14	15
Conta Corrente/Bancos	1.654	691
Depósitos Bancários de Curto Prazo	12.826	28.550
Conta Limite de Saque	94.088	98.541
Saldo Contábil	<u>108.582</u>	<u>127.797</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	33.518	36.306
Convênios Privados	15.117	13.783
Clientes Particulares	2.292	2.397
Créditos Diversos	2.250	1.402
Subtotal	<u>53.177</u>	<u>53.888</u>
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	(9.621)	(10.156)
Valor Líquido a Receber	<u>43.556</u>	<u>43.732</u>

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

07 Adiantamentos de Pessoal

	31/12/2019	31/12/2018
Décimo Terceiro Salário	7.295	6.852
Férias	7.444	6.936
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	10	12
Saldo Contábil	14.749	13.800

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2019, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2020.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	31/12/2019	31/12/2018
Medicamentos	4.646	6.524
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	6.778	8.314
Material de Órtese e Prótese	2.444	1.832
Materiais e Utensílios	520	424
Rouparia (uniformes)	1.189	1.043
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	281	350
Material Expediente/Informática/Gráfica	327	344
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	58	82
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	1.909	1.774
Saldo Contábil	18.152	20.687

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Edifícios	1	220.045	(61.195)	158.850	153.497
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		603.508	(8.552)	594.956	558.397
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	218.484	(140.617)	77.867	77.617
Informática	20 a 50	26.309	(17.491)	8.818	7.949
Veículos Diversos	10 a 20	1.031	(863)	168	252
Subtotal Imobilizado		1.138.163	(228.718)	909.445	866.498
Bens Móveis em Andamento		14.373	-	14.373	3.102
Saldo Contábil		1.152.536	(228.718)	923.818	869.600

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Movimentação do Ativo Imobilizado**

	<u>Custo</u> <u>01/01/2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo</u> <u>31/12/2019</u>
Edifícios	210.169	-	9.875	-	220.044
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	565.847	47.591	(9.875)	(54)	603.509
Bens Móveis e Imóveis	204.351	15.857	-	(1.724)	218.484
Informática	23.980	2.882	-	(553)	26.309
Veículos Diversos	1.031	-	-	-	1.031
Total Imobilizado	1.074.164	66.330	-	(2.331)	1.138.163

10 **Intangível**

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Software	20 a 50	8.494	(6.300)	2.194	478
Saldo Contábil		8.494	(6.300)	2.194	478

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 **Fornecedores**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Unimed	3.506	618
Consortio Tratenge - Engeform	2.852	3.093
Barrfab Indústria Comércio Imp e Exp	1.542	-
Lanco Ltda	1.420	-
Capgemini Brasil S/a	676	559
	9.996	4.270
Demais Fornecedores	14.266	27.973
Saldo Contábil	24.262	32.243

12 **Obrigações Tributárias e Sociais**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	912	2.058
PIS sobre Faturamento	157	37
COFINS sobre Faturamento	36	173
Obrigações Tributárias	1.105	2.268
Obrigações Sociais	152	7.717
Obrigações Sociais	152	7.717
Saldo Contábil	1.257	9.985

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	51.529	48.620
Previdência e Assistência Médica	7.488	6.749
Empréstimos e Financiamentos	3.192	3.014
Outras Despesas de Pessoal	1.370	1.813
	<u>63.579</u>	<u>60.196</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de dezembro de 2019. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, uma vez que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 2020.

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	13.489	410.468	423.957	297.465
Férias a Pagar (b)	103.398	-	103.398	97.499
Décimo Terceiro a Pagar (c)	-	-	-	-
Licença Especial (c)	54.693	-	54.693	52.514
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	3.942	14.582	18.524	20.620
Saldo Contábil	<u>175.522</u>	<u>425.050</u>	<u>600.572</u>	<u>468.098</u>

No exercício de 2019 um processo movido pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERS teve seu status alterado para provável, gerando um aumento de R\$ 105.508 nas provisões trabalhistas contabilizadas pela Instituição.

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	12.230	389.839	402.069	276.143
Contingências Cíveis	1.259	19.456	20.715	20.215
Contingências Tributárias	-	1.173	1.173	1.107
Saldo de Contingências	<u>13.489</u>	<u>410.468</u>	<u>423.957</u>	<u>297.465</u>

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2019</u>
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	276.143	20.215	1.107	297.465
Adições	142.881	760	66	143.707
Baixas por Pagamento	(14.864)	-	-	(14.864)
Baixas por Reversão	(2.091)	(260)	-	(2.351)
Saldo de Contingências	<u>402.069</u>	<u>20.715</u>	<u>1.173</u>	<u>423.957</u>

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) **Férias a Pagar**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Férias		
Saldo Inicial	71.962	69.911
Baixas	(71.178)	(66.056)
Apropriações	74.514	68.107
Total de Férias	75.298	71.962
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	25.537	24.878
Baixas	(25.771)	(24.518)
Apropriações	28.334	25.177
Total de Encargos sobre Férias	28.100	25.537
Saldo de Férias a Pagar	103.398	97.499

(c) **Licença Especial**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	38.324	36.418
Baixas	(6.453)	(5.061)
Apropriações	7.979	6.967
Total de Licença Especial	39.850	38.324
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.190	13.548
Baixas	(2.396)	(1.872)
Apropriações	3.049	2.514
Total de Encargos sobre Licença Especial	14.843	14.190
Total de Licença Especial a Pagar	54.693	52.514

(d) **Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Obrigações com o Plano de Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. Na modalidade BD está a parte de risco que, a partir da sua concessão, o pagamento deste é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2019 pela Mirador Assessoria Atuarial, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Taxa de Desconto (real)	3,32% a.a.
Taxa de Rotatividade	3,33% a.a.
Projeção de Aumento Real Média dos Salários	0,93% a.a.
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 Masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT-2000 Masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927

Status do Fundo e Passivo/Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(136.369)	(92.932)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	<u>148.547</u>	<u>113.016</u>
Status do Plano de Benefícios / Superávit	<u>12.178</u>	<u>20.084</u>

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2019 dos cálculos apresentados pela Mirador Assessoria Atuarial, o Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

16 Capital Social

O Capital Social da empresa pertence integralmente a União, sendo seu valor em 31/12/2019 de R\$ 1.107.523 (um bilhão, cento e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil reais), composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2018	R\$ 1.003.759
Capitalização do AFAC	<u>R\$ 103.764</u>
Total em 31/12/2019	R\$ 1.107.523

A capitalização foi autorizada na Assembleia Geral Extraordinária de nº 008/2019, realizada em 15/04/2019, respectivamente, sendo os valores incorporados referentes a repasses recebidos da União para investimento e registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

17 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(15.329)	(16.600)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(1.191)	(848)
Reversão de Menos-Valia	490	2.119
Saldo em 31 de dezembro	<u>(16.030)</u>	<u>(15.329)</u>

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 490 e R\$ 2.119 (respectivamente 31/12/2019 e 31/12/2018), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

18 Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde - SUS	174.255	168.195
Convênios	56.749	53.479
Particulares	6.370	5.673
Pesquisas e Análises	5.277	3.535
Ensino	971	1.351
Total de Serviços Prestados	<u>243.622</u>	<u>232.233</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(466)	(415)
COFINS sobre Faturamento	(2.149)	(1.914)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(2.615)</u>	<u>(2.329)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>241.007</u>	<u>229.904</u>

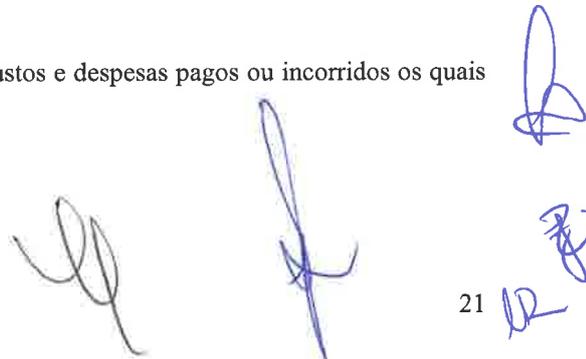
A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

19 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Custo dos</u>	<u>Despesas</u>
	<u>Serviços</u>	<u>Administrativas</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	912.591	160.476
Benefícios de Pessoal	68.471	12.048
Consumo de Materiais	127.106	22.203
Depreciações/Amortizações	20.040	3.510
Despesas com Serviços PF e PJ	103.809	19.371
Subtotais	<u>1.232.017</u>	<u>217.608</u>
Provisões de Contingências e Pessoal	6.871	126.522
Saldo Contábil	<u>1.238.888</u>	<u>344.130</u>
	<u>1.449.625</u>	<u>1.337.518</u>
	<u>1.583.018</u>	<u>1.374.388</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Assistência Médica	11.009	11.491
Vale Transporte	3.491	3.164
Auxílio Creche	1.472	1.460
Auxílio Alimentação	33.701	32.685
Previdência Privada	30.846	27.931
Saldo Contábil	<u>80.519</u>	<u>76.731</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

21 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	3.874	3.627
Receitas de Leilões	36	24
Reversão de Depreciação	2.206	-
Doações de Estoque e Uso Permanente	2.654	2.843
Restituições e Outros Acréscimos	4.213	6.108
Total de Outras Receitas	<u>12.983</u>	<u>12.602</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(2.470)	(2.499)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(125)	(647)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(2.595)</u>	<u>(3.146)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>10.388</u>	<u>9.456</u>

22 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.451	1.613
Juros e Multas Previstos em Contratos	194	350
Variação Cambial e Monetária Ativa	879	749
Total Receita Financeira	<u>2.524</u>	<u>2.712</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.295)	(1.567)
Variação Cambial	(1.715)	(1.945)
Correção Monetária AFAC	-	(6.993)
Total Despesa Financeira	<u>(3.010)</u>	<u>(10.505)</u>
Saldo Contábil	<u>(486)</u>	<u>(7.793)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (6.993) em 2018 de correção monetária é referente à atualização pela SELIC dos repasses recebidos para Investimentos, registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

23 Repasses Financeiros Recebidos e a Receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Repasses Financeiros		
Repasses Financeiros Recebidos	1.237.191	1.203.445
Repasses Financeiros a Receber	134.571	36.870
	<u>1.371.762</u>	<u>1.240.315</u>
Ajustes de Repasses		
Reversão Receita Diferida	(326)	(2.551)
Repasses Concedidos	(419)	(474)
Repasses Transferidos para AFAC	(55.820)	(104.490)
	<u>(56.565)</u>	<u>(107.515)</u>
Total Líquido de Repasses Financeiros	<u>1.315.197</u>	<u>1.132.800</u>

24 Partes Relacionadas

Os saldos contábeis e as transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da instituição com outra pessoa ou entidade que se enquadre na definição de parte relacionada constante na Política Institucional do HCPA.

Quanto aos valores recebidos, o principal refere-se ao gerenciamento do pagamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados do HCPA pelo Banco do Brasil. No exercício de 2019, esse montante foi de R\$ 2.546.

Abaixo demonstramos os totais pagos no exercício, caracterizados como partes relacionadas da instituição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissão Nacional de Energia Nuclear-IPEN	373	379
Empresa Brasil de Comunicação S.A	186	68
Fundo de Imprensa Nacional	276	305
Outros fornecedores	5	3
Total	<u>840</u>	<u>757</u>

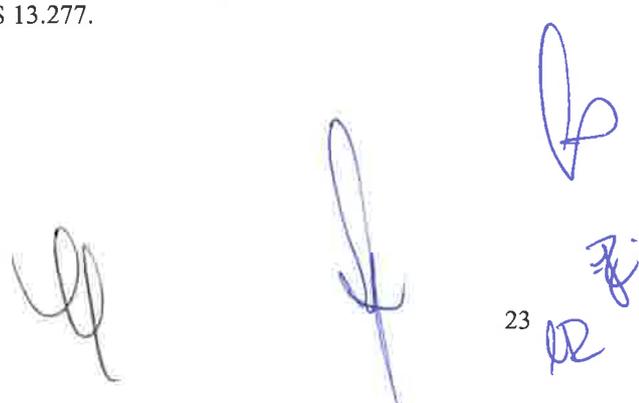
25 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 275.539 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de setembro de 2019 a 01 de setembro de 2020. A importância segurada é de R\$ 13.277.



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

26 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo se demonstra os valores do exercício de 2019 que compõem a contabilização em cada uma das Leis mencionadas.

Balanco Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	108.582	108.479	103
Créditos a Receber Curto Prazo	246.243	68.335	177.908
Estoques	19.569	19.569	-
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(9.621)	(9.621)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	315	315	-
	365.088	187.077	178.011
Não Circulante			
Créditos a Receber a Longo Prazo	425.076	-	425.076
Depósitos Judiciais	1.680	1.680	-
Imobilizado	926.012	926.012	-
	1.352.768	927.692	425.076
Total do Ativo	1.717.856	1.114.769	603.087
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	24.262	21.657	2.605
Outras Obrigações	247.674	335.578	(87.904)
	271.936	357.235	(85.299)
Não Circulante			
Provisões p/ Contingências e TSP	425.050	425.050	-
Receita Diferida	87	87	-
	425.137	425.137	-
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	1.107.523	1.107.523	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	55.820	55.820	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.030)	(16.030)	-
Reservas de Lucro	701	4.066	(3.365)
Resultado de Exercícios Anteriores - Prejuízos	(110.591)	(588.873)	478.282
Prejuízos Acumulados	(16.912)	(230.382)	213.469
Ajuste de Exercícios Anteriores	273	273	-
	1.020.783	332.397	688.386
Total do Passivo	1.717.856	1.114.769	603.087

Ativo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 103 refere-se a registros contábeis de pagamentos recebidos de diversos convênios e particulares realizados sem tempo hábil para transferir da conta única em 2019, todos foram registrados em janeiro de 2020. Os valores de R\$ 177.908 e R\$ 425.076 correspondem aos recursos a receber relativos às apropriações por competência e às provisões para contingências com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional.

Passivo Circulante: o valor de R\$ 2.605 na conta Fornecedores refere-se à nota fiscal da empresa Unimed (plano de saúde), correspondente à retenção dos funcionários na folha de pagamento de dezembro de 2019, a qual será

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

ressarcida em janeiro de 2020. O valor de R\$ 87.904 refere-se a: R\$ 631 provisões trabalhistas; R\$ 37 cauções; R\$ 87.311 estorno do passivo referente recursos recebidos por descentralização; (R\$ 11) estorno do ativo referente recursos descentralizados e R\$ 1.261 estorno do passivo apropriado pelo TRF4 referente precatórios de pessoal e terceiros.

Patrimônio Líquido: do valor de R\$ 688.386, R\$ 599.814 refere-se aos recursos a receber relativos a apropriações por competência e a provisões de contingências provenientes de despesas com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional, com contrapartida em contas de Ativo Circulante e Não Circulante; R\$ 87.311 estorno do passivo referente recursos recebidos por descentralização; (R\$ 11) estorno do ativo ref. recursos descentralizados e R\$ 1.261 estorno do passivo apropriado pelo TRF4 ref. precatórios de pessoal e terceiros.

Demonstração do Resultado do Exercício	6.404/76	4.320/64	Diferença
Receita Operacional Bruta	1.615.385	1.488.236	127.149
Ajustes da Receita Bruta	(745)	(745)	-
Deduções da Receita Bruta	(2.615)	(2.615)	-
Repasses Transferidos para AFAC	(55.820)	(55.820)	-
Receita Operacional Líquida	1.556.205	1.429.056	127.149
Custo dos Serviços	(1.365.410)	(1.366.413)	1.003
Resultado Operacional Bruto	190.795	62.643	128.152
Despesas Operacionais	(217.608)	(217.784)	176
Outras Receitas e Despesas	10.387	(71.854)	82.241
Lucro Antes do Resultado Financeiro	(16.426)	(226.995)	210.569
Resultado Financeiro	(486)	(3.387)	2.901
Prejuízo do Exercício	(16.912)	(230.382)	213.470

O valor de R\$ 127.149 é composto por R\$ 134.571 do grupo Receita Bruta Operacional que se refere à contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura de despesas com pessoal apropriadas por competência e a provisão para contingências, pagas com recursos do Tesouro Nacional, e R\$ 7.422 referente a estorno do valor recebido em janeiro de 2019 para pagamento Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do mês de dezembro de 2018, receita apropriada no exercício de 2018.

O valor de R\$ 1.003 no grupo Custos dos Serviços e R\$ 176 no grupo Despesas Operacionais, refere-se à baixa de R\$ 82 referente provisões trabalhistas e anulações de despesa referente plano de saúde registradas na contabilidade societária em 2019 e, no SIAFI, em janeiro de 2020; R\$ 1.261 estorno do passivo apropriado pelo TRF4 referente precatórios de pessoal e terceiros.

Do valor de R\$ 82.241 no grupo de outras receitas e outras despesas, o montante de (R\$ 4.998) refere-se à baixa das parcelas pagas em 2019 de financiamento do tempo de Serviço Passado (TSP) o qual foi integralmente provisionado em 2015; R\$ 87.311 estorno do passivo referente recursos recebidos por descentralização; (R\$ 11) estorno do ativo referente recursos descentralizados; (R\$ 178) referente transferência para Receita Operacional Bruta de valores recebidos em 2018, mas somente reclassificados contabilmente em janeiro de 2019; R\$ 32 referente a transferência para Receita Operacional Bruta de valores recebidos em 2019, mas somente reclassificados contabilmente em janeiro de 2020 e R\$ 85 reversão da depreciação bens móveis e imóveis.

O valor de R\$ 2.901 no Resultado Financeiro refere-se à apropriação de juros e correção de benefícios previdenciários – TSP, ajustado como despesa de contribuição à entidade de previdência privada.



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

27 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

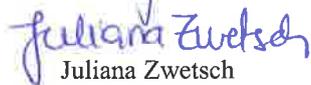
Mensal	2019 – R\$			2018 – R\$		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	32.502	39.293	24.417	33.763	33.763	23.328
Menor	32.502	1.797	1.560	33.763	1.638	1.490
Média	32.502	7.486	5.608	33.763	7.095	5.313

Profª. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente


Prof. Milton Berger
Diretor Médico


Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo


Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663


Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901



Russell Bedford

taking you further

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis em 18 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do HCPA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do HCPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do HCPA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o HCPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do HCPA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o HCPA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Handwritten signature in blue ink.



Russell Bedford

taking you further

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico